

JUNHO/2020

ENTRETENIMENTO

A REVISTA DIGITAL DO TRE-DF

Participação Feminina



EDITORIAL

POR KAREN FONTENELE (ASCOM)

É com muita honra que apresentamos essa edição especial, voltada ao debate sobre a participação feminina. Resultado da colaboração entre a Assessoria de Comunicação e a Comissão de Participação Institucional Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal (CPIF), essa é a primeira publicação da EnTETenimento escrita exclusivamente por mulheres. Porém, aprioristicamente, alertamos os nossos leitores: embora feminina, a revista é voltada a todos os públicos, uma vez que consiste em um resgate do tema sob diversos prismas: acadêmico, histórico, eleitoral, político e cultural.

Escrito pela Vice-presidente da CPIF, Paula Rothenburg, o primeiro texto faz uma retrospectiva do trabalho desenvolvido pela comissão, além de apresentar os objetivos do grupo para esse ano. Em seguida, o artigo “Gênero no Brasil”, da Professora Dra Katia Belisário, traz um breve panorama do assunto no Brasil e elenca os principais problemas e conquistas das mulheres no Brasil até o presente momento.

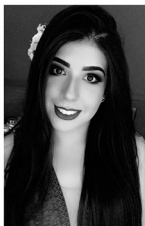
O quarto texto “A mulher na política”, consiste em uma entrevista com a Senadora Leila Barros sobre o cenário na perspectiva do Legislativo. A parlamentar relata os motivos que a fizeram entrar para o universo da política e apresenta possíveis caminhos para ampliar a participação feminina nesse campo. A entrevista seguinte, realizada com a Chefe de Gabinete do TRE-DF, Fernanda Bessa, além de trazer conselhos àqueles que pretendem galgar cargos de destaque, promove discussões sobre o espaço da mulher com base em autoras da filosofia e da literatura.

Em “Mulheres na Justiça Eleitoral”, buscamos sintetizar o trabalho realizado nessa Justiça Especializada sob uma ótica feminina, com a entrevista de três personagens essenciais ao funcionamento do processo eleitoral: uma juíza, uma chefe de cartório, uma mesária. Para, em seguida, apresentar uma entrevista com a Advogada Gabriela Rollemberg, que possui um trabalho profícuo na defesa da ampliação da participação feminina na política.

A oitava publicação é de autoria da ex-Assessora de Comunicação do TSE, Ana Rosa, e versa sobre os desafios para reverter o quadro de disparidade histórica de representação feminina.

Na seção “Bem-estar”, Patrícia Weingrell fala sobre a dança flamenca e seus benefícios. E, por fim, no “Momento Cultura”, Cleane Rodrigues escreveu um artigo sobre o icônico filme “As Sufragistas”.

Boa leitura!



Karen Fontenele

Aluna Especial do Doutorado em Comunicação Social (UnB). Especialista em Gestão Pública. Pesquisadora do Grupo Gênero, Comunicação e Sociabilidade (UnB).

ÍNDICE

01. Editorial.....	01
02. Elas por elas	03
03. Gênero no Brasil	05
04. A mulher na Política	07
05. A mulher nos cargos de destaque no TRE-DF.....	09
06. Mulheres na Justiça Eleitoral	13
06. A Mulher na Advocacia Eleitoral	19
07. O exemplo de que nós precisamos	23
08. A dança Flamenca e seus Benefícios	25
09. Momento Cultura: As sufragistas	27

FICHA TÉCNICA

Editora

Karen Fontenele

Articulistas convidadas dessa edição

Ana Cristina Rosa

Cleane Barros

Katia Belisário

Paula Rothenburg

Patrícia Weingrell

Reportagens e revisão de texto

Karen Fontenele

Projeto Gráfico

Guilherme Alves

Decupagem

Mariana Coutinho

Foto de capa

Pau Barrena (AFP)





ELAS TREDF **ELAS POR ELAS**

Surge aqui um espaço de debate da Comissão de Participação Feminina para tratarmos dos assuntos que fomentem a participação feminina na nossa instituição e na sociedade para, juntas, somarmos ideias e influenciarmos pessoas.

A Comissão surgiu no ano passado, com um grande impulso do Conselho Nacional de Justiça, trazendo à baila a necessidade de transformarmos a nossa realidade em algo mais inclusivo, com mais consciência ambiental e comprometimento junto à população, ou de forma que esse comprometimento, se existente, possa ser demonstrado. E, como somos pessoas a serviço da sociedade, temos a missão de promover essa pauta. Esse é nosso escopo.

Preocupadas com a criação de uma meta inicial para a comissão, como mulheres que somos, debatemos qual seria a questão mais urgente do Tribunal que pudesse envolver a comissão e pensamos, claro, em pessoas. Com a notícia de uma pesquisa local realizada, percebemos que deveríamos tratar do quantitativo de mulheres nos cargos em comissão e funções de confiança e nas áreas de destaque, além de debater sobre um tema urgente: a depressão. Inauguramos nosso primeiro evento formal desatando alguns nós, falando sobre constelações familiares para entendermos alguns problemas que podem surgir no caminho que interfiram em nossos objetivos.

Percebendo a necessidade de maior planejamento, fomos amoldando as ideias e debatemos a necessidade de aumentarmos nossa tropa e de abrirmos espaço para debate e participação de forma constante. Antes de termos interrompida nossa possibilidade de reunião mais próxima, realizamos a semana da mulher no limite de nossos esforços. E muito foi feito antes disso, por todos do TRE/DF. Afinal, estamos acostumados a realizar um dos principais eventos da democracia: as Eleições Gerais.

No ano passado, tivemos palestras idealizadas pela Escola Judiciária sobre violência à mulher. No ano de 2017, discutimos também sobre a participação das mulheres na política. Ademais, sempre tivemos lideranças nas questões associativas e de apoio religioso, criando grupos de orações dentro do tribunal que nos trouxeram boas reflexões e amparo aos que os buscaram. Iniciativas que, certamente, nos inspiram hoje para chegar aonde estamos.

Com o novo tema do ano - a participação das mulheres na política - percebemos a necessidade de registrarmos esses debates, a fim de tratarmos os assuntos da comissão de forma a deixar um material disponível dentro do espaço do nosso tribunal. Um material que possa ser pesquisado por quem queira se inteirar do assunto e para fomentar o debate, delas por elas, deles por elas e de todos. Enfim, um espaço com o jeito, carinho e coragem femininos para verbalizar, adicionar e unir, como já fazemos em nosso dia a dia, e devemos fazer cada vez mais, porque ninguém vence sozinho.

Que possamos mostrar um pouco como é gratificante nosso trabalho e como melhorá-lo, desde o atendimento a uma eleitora de 16 anos que escolheu alistar-se, no DF ou no exterior. Talvez até tenhamos incentivado essa eleitora de 16 anos em uma visita do Projeto Eleitor do Futuro à sua escola. E o atendimento a eleitoras com mais de 70 anos, que escolheram participar das eleições com seu voto ou mesmo como mesárias, porque sabem como foi difícil chegar até aqui. E quando presenciamos suas explicações aos novatos nos treinamentos do que precisa acontecer antes, durante e após as eleições; como funcionam as urnas eletrônicas e seus boletins.

E como ainda nos surpreendemos quando, ao atendermos, muitas eleitoras e eleitores, nos deparamos com risadas ou desconfiças ao perguntarmos se eles têm irmã ou irmão gêmeo.

Relatar como atendemos às mulheres que escolheram auxiliar na regularização de alguma inscrição eleitoral: a sua, do filho, do marido ou de um cliente. Admirar aquelas que resolveram participar de convenções partidárias, serem líderes de partidos políticos, de organizações que fiscalizam as eleições ou, ainda, aquelas que registram suas candidaturas.

Ainda, observar as que fazem parte da análise do cumprimento dos requisitos previstos pela legislação, como a lei da ficha limpa, e de critérios legais previamente estabelecidos de igualdade na disputa eleitoral, como nas ações de investigação judicial eleitoral, ou que defendem o cumprimento desses requisitos por suas clientes ou que noticiam tudo isso à população. Além das mulheres que precisam julgar o que é ou não notícia e o que é propaganda. E, por fim, providenciar tudo o que precisa ser feito para que isso ocorra, desde o treinamento dos servidores, cuidados para que continuem trabalhando da melhor forma possível, recebimento e a guarda de documentos, físicos ou eletrônicos, e das urnas aos testes de tecnologia da informação.

Nós estamos aqui para divulgar, unir e somar. Para vencermos as batalhas que quisermos e para as quais formos designadas, mostrando que somos capazes de exercer uma liderança inclusiva, tentando inspirar e homenagear aquelas que por aqui passam e deixam seu legado, exemplo de trabalho honrado e constante. E para que venham muitas outras.



Por Paula Rothenburg
Vice-presidente da Comissão de Participação Feminina do TREDF

GÊNEROS NO BRASIL

O texto integra o artigo "Questão de gênero: representação feminina e preconceito em Portugal e no Brasil, publicado no livro "Diálogos lusófonos em Comunicação e Política".

No Brasil, conforme dados da Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento da mulher, o salário médio para os homens brasileiros é 30% maior do que o de mulheres, mesmo tendo em vista que um terço das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Elas ainda dedicam mais do que o dobro de seu tempo às tarefas domésticas quando comparadas aos homens.

O país é o sétimo do mundo com maiores taxas de feminicídio. O número de estupros, em 2012, superou 50.000. Hoje, uma mulher é assassinada a cada duas horas no país, e a maioria dos homicídios é cometido por homens com os quais elas têm relações íntimas.

Para um grande contingente de mulheres, a vida doméstica é caracterizada por fragilidades sociais e econômicas relevantes que alimentam os "ciclos de vulnerabilidade" (Biroli, 2013, p. 50) e acabam por naturalizar e aprofundar determinadas assimetrias de poder. Belisário (2014) mostra a dimensão e a complexidade da violência contra mulheres de baixa renda e que residem na periferia das grandes cidades brasileiras e a naturalização do tema.

A presença das mulheres no universo político, por exemplo, é perpassada por visões estereotipadas de gênero que as têm afastado da cena pública não apenas no Brasil, mas também em outros países como Canadá, Reino Unido e Estados Unidos (BIACHI, 2013). No caso do Brasil, a primeira mulher a votar no país foi a professora Celina Guimarães Viana, em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 1927. Isso ocorreu porque na ocasião havia conflitos entre a constituição estadual e a federal e no estado do Rio Grande do Norte era permitido o voto feminino. Pouco depois, a mineira Mietta Santiago conseguiu o direito a voto por meio de sentença judicial.

O decreto do presidente Getúlio Vargas número 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o Código Eleitoral Provisório. Esse código permitia o voto apenas de mulheres casadas (com autorização do marido), e de viúvas e solteiras com renda própria. As restrições só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, com o pleno exercício do voto feminino, mas sem obrigatoriedade. Somente a partir de 1946 as mulheres passaram a ser obrigadas a votar.

Assim como em Portugal, ainda hoje, decorridos mais de 80 anos do direito a voto feminino, a participação feminina na política está muito aquém do que seria desejável. Segundo Miguel e Feitosa (2009, p. 201 e 202), mesmo após décadas de acesso das mulheres ao voto, instituído pela Lei Eleitoral de 1932, sua presença nos postos de poder, seja no Parlamento ou no executivo mantém-se baixa. Dados da ONU Mulheres, como já foi aqui registrado, mostram que ocupamos o 121º lugar no ranking de participação das mulheres na política.

Flávia Biroli, pesquisadora e professora da Universidade chama atenção para os estereótipos de gênero nas principais revistas brasileiras. Os papéis tradicionais aparecem frequentemente e "remetem a compreensões convencionais do papel da mulher nas sociedades e de sua competência para atuar na vida pública" (Biroli, 2010). Miguel e Feitosa (2009, pp. 201 e 202) destacam que, decorridos mais de 80 anos do acesso das mulheres ao voto (Lei Eleitoral de 1932), os cargos no executivo e no Parlamento continuam sendo percebidos, por homens e mulheres "como um espaço masculino, o que inibia a participação delas".

Na realidade, cabe ressaltar que, apesar dos dados aqui apresentados, muitas foram as conquistas obtidas nos últimos anos. Foram criadas, com status ministerial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). E também foram organizadas as Conferências Nacionais para a formulação participativa e a revisão dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PNPM e PLANAPPIR, respectivamente).

A promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, assim denominada em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres, é outra conquista importante que colocou o país na vanguarda mundial.



Por Katia Maria Belisario

Doutora em Jornalismo e Sociedade, Professora Adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, UnB. Pesquisadora de Gênero, Comunicação e Sociabilidade.



MULHER na POLÍTICA

Texto por Karen Fontenele

Foto por Edilson Rodrigues (Agência Senado)

Anualmente, o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) coordena a realização dos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, com o objetivo de estabelecer as Metas Nacionais, que representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Entre as Metas Específicas para a Justiça Eleitoral em 2020, está “fomentar a participação feminina no processo eleitoral”.

Ao observarmos as estatísticas apresentadas pelo TSE, percebemos que, embora represente 52,50% do eleitorado brasileiro em 2018, a mulher totaliza apenas 16,11% dos eleitos nas últimas eleições.

Para falar sobre essas discrepâncias e as possíveis soluções para minimizar esse abismo entre os gêneros na política, convidamos a Senadora Leila Gomes de Barros nessa edição. Filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi eleita pelo Distrito Federal nas eleições gerais de 2018.

Também conhecida como Leila do Vôlei, a parlamentar foi a primeira mulher eleita senadora pelo Distrito Federal. No início do mandato, foi escolhida para ocupar a 4ª suplência da Mesa Diretora do Senado, sendo a única mulher do colegiado.

No Dia Internacional da Mulher, o Correio Braziliense publicou um artigo da parlamentar, intitulado “Por Mais Mulheres na Política”. No texto, a senadora traçou um panorama da baixa representatividade da mulher nesse âmbito. No rol de soluções apresentadas no texto, Leila Barros reforça que foi relatora do Projeto de Lei nº 2.235/2019 e que emitiu parecer favorável para a reserva de pelo menos 30% das cadeiras de deputado federal, deputado estadual ou distrital, e de vereadores para um dos sexos.

De acordo com o projeto, no Senado, nas eleições de 2/3 das vagas, uma cadeira em cada unidade da Federação será reservada para mulheres. Sobre a iniciativa, ela reforça: “Na prática, vamos garantir maior participação das mulheres na política e construir a efetiva oportunidade para que todos — mulheres e homens — possam ser representados no Poder Legislativo de acordo com o que representam na sociedade brasileira”.

Confira a entrevista exclusiva que fizemos com a senadora:

R.E: O que a incentivou a escolher o caminho da política?

L.B: Quando eu ainda era atleta comecei a trabalhar no terceiro setor e percebi a dificuldade de o Poder Público entender o potencial do esporte como uma política pública transversal, capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas, de ensinar valores e gerar oportunidades. Eu dependia de pessoas que não sabiam do real o potencial transformador do esporte. E isso me incomodou. Sou filha de uma dona de casa e de um mecânico, pessoas simples que tiveram poucas oportunidades e eu tive muitas [oportunidades] graças ao esporte. Se eu não fosse atleta, tenho certeza, seria realizada em qualquer profissão porque o esporte me ensinou a lidar com pressões, diferenças e adversidades.

R.E: Na sua avaliação, quais são os maiores desafios e dificuldades para a mulher se eleger?

L.B: Naturalmente, existem razões históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais que impuseram às mulheres brasileiras uma baixa ocupação nos cargos eletivos do País. A cultura machista, que permeia a sociedade brasileira por séculos também atingiu e discriminou a participação feminina na política. Somente na década de 1930, conseguimos ter o direito ao voto. Somos uma das nações que mais demorou a reconhecer esse direito.

As mulheres também são mais reservadas e estar na política é, consequentemente, ter a sua vida exposta. Os comandos partidários também deveriam ser mais atuantes neste sentido. É preciso garantir espaço e recursos às mulheres que queiram entrar na atividade política para promover mudanças sociais.

R.E: Qual conselho daria às mulheres que pretendem conquistar mais espaço na política?

L.B: A minha luta é a mesma das mulheres que enfrentam, diariamente, a indiferença e preconceito baseado apenas no fato de ser mulher. Então quando estamos buscando um espaço na política enfrentamos barreiras que em algum momento nos deparamos em outros ambientes. Meu conselho são duas premissas que carrego comigo: não ceder às pressões que ferem aquilo que julgo ser ético e muito diálogo, principalmente com quem pensa diferente.

R.E: Enquanto relatora do Projeto de Lei nº 2.235/2019, avalia que a reserva de cadeiras será uma grande conquista às mulheres. E, de fato, isso promoverá um avanço histórico. No entanto, ainda há uma disparidade no plano do discursivo, uma vez que muitas parlamentares ainda afirmam que não recebem o mesmo tratamento que os homens. Como tem sido a sua experiência nesse sentido? E o que acredita que pode ser feito para mudar esse cenário no plano da equidade de tratamento?

L.B: A melhor maneira de termos mais mulheres na política é mostrando à sociedade que podemos ocupar nosso espaço nos cargos de representatividade. Embora haja boa vontade dos homens com a pauta feminina, é difícil sermos 12 mulheres entre 81 parlamentares e fazer as agendas femininas avançarem na velocidade que deveriam. Mas o fato de estar aqui representando as mulheres de Brasília é importante porque sou mais uma voz a lutar por essas pautas.

Por isso o PL 2235 é mais uma ferramenta para chegarmos a uma representatividade maior nos parlamentos brasileiros. Em quase ¼ das câmaras de vereadores, não há sequer uma mulher eleita. Nas próximas eleições municipais, os partidos têm o desafio de eleger ao menos uma vereadora em cada município brasileiro. Se aprovarmos o projeto, deixaremos de “fazer número” para assumirmos o indispensável e justo protagonismo feminino!

A MULHER EM CARGOS DE DESTAQUE NO TRE-DF



Por Karen Fontenele

No mês passado, o TRE-DF deu posse à Nova Administração do órgão, que estará no comando da Corte no biênio 2020-2022. Na composição apresentada pelos desembargadores, uma grata surpresa: uma mulher à frente do Gabinete da Presidência.

Em um cenário fortemente marcado pela presença masculina em vários âmbitos da sociedade e do próprio histórico do Tribunal – é notório que essa decisão aumenta o nível de participação feminina. Para exemplificar o baixo grau de participação feminina em gestões anteriores, podemos citar que, desde a inauguração do Tribunal, em 1960, somente duas mulheres ocuparam a Presidência: as desembargadoras Maria Thereza de Andrade Braga (1986-1988) e Carmelita Brasil (2018-2020). E apenas três mulheres ocuparam o cargo de Diretora-Geral: Maria Dulce Braune Portugal, Ivana Herminia Ueda Resende e Lídia Maria Borges Moura.

Para representar as mulheres da atual Administração, conversamos, nessa edição, com a atual Chefe de Gabinete, Fernanda Pires D'andrade Roscoe Bessa. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (UnICEUB) e Especialista em Direito Econômico das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Requisitada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), atuou naquela Corte durante 27 anos. Ingressou naquele Tribunal em 1993, na Sexta Vara de Família da Circunscrição Judiciária de Brasília (DF). Compôs a equipe de gabinete do Desembargador Everards Mota e Matos, além de ter auxiliado o Serviço de Jurisprudência por cerca de quatro anos. Durante vinte anos, dedicou-se à Assessoria Jurídica da Presidência (AJS).

Antes de ingressar no TRE-DF, ela compôs a Assessoria Jurídica da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal do TJDFT, na equipe do Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, atual Presidente da Corte Regional Eleitoral. Durante a entrevista, a chefe de gabinete destacou o espaço que a mulher tem nas gestões do atual presidente: “O desembargador gosta muito de estar junto a mulheres. Ele dá muito valor a isso, porque tem uma visão diferente do papel feminino. Ele nos escuta bastante”.

Natural de São Paulo, mãe de três filhos e apaixonada por Psicologia e Literatura, Fernanda nos falou sobre os desafios enfrentados durante sua trajetória e apresentar sua visão sobre o tema da participação feminina:

R.E: Em uma edição anterior, entrevistamos a Desembargadora Diva Lucy, que nos relatou alguns percalços na carreira enfrentados relacionados à questão de gênero. Infelizmente, em nossa sociedade, ainda existe uma disparidade de tratamento entre homens e mulheres. Você já passou por alguma situação no âmbito profissional em que sentiu uma diferença de tratamento por ser mulher? Se sim, pode citar fatos em que essa diferença de tratamento esteve presente?

F.B: A mulher ainda tem essa dificuldade de se inserir em lugares de destaque. Na verdade, há um obstáculo não só de aceitação, mas organizativo. Porque, assim, a mulher divide vários papéis. Eu sempre senti muita dificuldade em relação a isso. Eu tinha um projeto de estudar para concurso quando engravidei do meu primeiro filho. E, em prol da família, eu parei. Meu ex-marido sempre foi muito engajado na área acadêmica e jurídica. Ele me estimulava bastante, mas acabei priorizando outros projetos, pela dificuldade de conciliar tantas coisas. Continuei como funcionária do Tribunal, mas deixei de lado o sonho de ser Promotora. Por isso, acho que é sempre um desafio que, constantemente, se renova conciliar as tarefas que eu desenvolvo no trabalho com as questões de casa e da vida pessoal. Eu tenho três filhos, cada um possui uma demanda diferente da outra, já que estão em fases diferentes: um tem 23 anos, outro 16 e o mais novo tem 12 anos. Além disso, há o propósito de conquistar o espaço e ser escutada, porque o mundo, embora tenha evoluído, ainda é muito machista. E, para a mulher atingir um patamar de validação, acredito que isso seja fundamental.

R.E. Quais mulheres inspiraram a sua carreira no Direito? E no âmbito pessoal?

F.B: Duas mulheres me marcaram muito no Direito: a processualista Ada Pellegrini Grinover e a civilista Cláudia Lima Marques, que escreve muito sobre Direito do Consumidor. Em relação a essa última, tive a satisfação de conhecê-la pessoalmente. E eu, que já tinha uma admiração imensa por ela, vi esse sentimento aumentar. Houve uma ocasião em que ela ficou na minha casa, quando veio participar de um congresso, e percebi que, além de uma mulher incrível, era uma pessoa muito simples. E ela tinha muitos outros afazeres. Quando vemos uma mulher assim, pensamos que ela largou a vida pessoal para se dedicar à carreira profissional. Mas, não. Ela conjugava todas as áreas. Isso me chamou muita atenção, porque esse espaço que se ocupa envolve essa tentativa de conciliar os diversos papéis. Isso é muito difícil, porque alguma coisa acaba ficando em segundo plano, pois além de todas essas questões, ainda há o cuidado de si: fazer exercícios, se arrumar, entre outros.

No âmbito pessoal, tenho duas grandes referências: a minha avó, Ruth Pires, que na década de 1970 foi dona de retífica de motores aqui em Brasília. Então imagine: uma mulher que sabia tudo de carro. E eu achava aquilo o máximo. E a outra foi a minha mãe, Marly Pires. Mulher admirável, forte, independente e decidida. Ela se divorciou em uma época em que o divórcio não era socialmente bem visto. Ela até conta que morria de medo, porque além de tudo, ela já tinha uma filha, a minha irmã. E ela a criou praticamente sozinha, porque o pai se mudou para outra cidade. Mas, ainda assim, minha mãe prestou vestibular para Medicina e se tornou médica muito jovem. Ela conta algumas situações discriminatórias que passava por ser mulher e médica.

R.E. Simone de Beauvoir, intelectual referência nos estudos de gênero, certa vez disse a seguinte frase: “Todas as vitórias ocultam uma abdicação”. Quais foram as grandes abdições que você teve de fazer para conquistar seus objetivos?

F.B: Eu abdiquei de fazer outros cursos, de fazer um mestrado, um doutorado. Enfim, de progredir nos estudos como um todo. Eu sempre gostei muito da área de Psicologia. Já pensei em fazer o curso, mas acabei deixando para depois em nome de outros projetos.

R.E: Na edição anterior da revista, descobrimos que um de grandes hobbies é a leitura. Quais autores marcaram sua vida na literatura e no Direito?

F.B: Irvin D. Yalom é uma grande referência, pois amo esse viés ligado à Psicologia e à Psiquiatria. E li todos os livros dele. Também amo os romances de Rubem Fonseca. E gosto muito de Mário Vargas Llosa, escritor Peruano, em especial o livro "Travessuras da menina má" – a descrição dele é minuciosa. Você entra na história e parece que está diante do cenário.

Outro que também tem esse viés é do escritor francês Marcel Proust. Apesar de ter lido pouco a obra dele, mas o que me chamou muita atenção foi seu poder descritivo. Algo que me marcou muito foi a forma e intensidade com que narra, como ele provoca o sensitivo, ao descrever um café da manhã, o sabor da madeleine (pequeno bolo francês), do chá, a importância dos cheiros, os sentidos que nos transportam as boas sensações do passado, ignorando, momentaneamente, o tempo presente.

Na poesia, claro, Fernando Pessoa: "o poeta é um fingidor".

E uma representante feminina que eu admiro muitíssimo é a Jane Austen. A obra "Orgulho e Preconceito" traz um lado romântico, mas sem deixar de levantar os problemas inerentes à mulher, em um cenário em que o casamento era ligado a dinheiro.

Outra autora que me marcou foi Rosamunde Pilcher, autora do livro "Os Catadores de conchas". Ela descreve com riqueza de detalhes todo cenário que expõe. Uma mulher que perdeu o marido muito cedo e que tinha quatro filhos, e teve de cuidar de todos sozinha. E depois teve um problema cardíaco, então contou os problemas que teve pra lidar com a doença e com essas questões. Por trás de toda estória havia uma obra prima da família, um quadro, Os Catadores de Conchas, que valia muito dinheiro, e em torno da obra de arte, se desenrolou o livro.

R.E: E, ainda sobre o tema literatura, uma das frases mais citadas da escritora Clarice Lispector é: "Liberdade é pouco, o que eu desejo ainda não tem nome". Quais são, atualmente, seus grandes sonhos?

F.B: Eu gostaria mesmo de me dedicar de forma mais séria, menos lúdica, a um estudo da História da Arte e ao aprendizado de línguas. Eu sempre quis falar, ao menos, umas cinco línguas. Eu falo inglês razoavelmente, mas não de forma fluente. Posso dizer que é um dos meus sonhos, dominar línguas.

R.E. Se pudesse deixar um conselho profissional às mulheres que pretendem alçar cargos mais elevados, qual seria?

F.B: Há uma frase que eu gosto muito da Cora Coralina: "Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores". E outra, da mesma autora, que diz: "O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada".

Então, o que eu deixaria de mensagem é que muitas mulheres se sentem incapazes de muitas coisas, mas temos que acreditar em nós mesmas, em primeiro lugar, e seguir fazendo as coisas aos poucos, até chegarmos àquele patamar desejado. Todos nós somos capazes. As mulheres são tão fortes pra tantas coisas, que elas nem imaginam. Elas dão à luz um ser humano: somente isso nos



mostra que temos uma força que vai além. Independente de termos a opção ou não de sermos mães, temos a nosso favor, uma conexão diferente, algo que transcende à nossa existência.

R.E. Você assume o gabinete da presidência em um momento em que há um movimento da sociedade civil, do CNJ e do TSE com o objetivo de aumentar o índice de participação das mulheres na política. Como você avalia essa iniciativa?

F.B: Essa luta pela ampliação da participação da mulher culmina em um olhar diferente, que se traduz em novas iniciativas e perspectivas que, no final, contribuirão para uma sociedade melhor. Eu acho que é muito importante que a mulher ocupe esses papéis de destaque em todos os setores porque ela tem uma visão diferente do todo. A mulher tem um olhar que soma, que observa o próximo de uma outra maneira. Ela é mais agregadora, tem uma sensibilidade diferente para os fatos, não tem medo de errar. E essa nossa postura, que considero ser de mais liderança, mostra uma atitude de soma de princípios. Outro aspecto: A mulher tende a ser mais resiliente, e isso, para um cargo alto, sopesa outras questões importantes. Traz mais segurança, na medida em que a mulher tende a estabelecer um diálogo, uma interlocução, além de proporcionar um maior equilíbrio no ambiente de trabalho.



Fernanda Bessa

MULHERES NA JUSTIÇA ELEITORAL

Com o objetivo de sintetizar o trabalho realizado na Justiça Eleitoral sob uma ótica feminina, entrevistamos, nessa edição, quatro personagens essenciais ao funcionamento do processo eleitoral: uma juíza, uma chefe de cartório, uma mesária e uma advogada que atua na Justiça Eleitoral.

Para representar essas três peças fundamentais da democracia, entrevistamos a Juíza Titular da 1ª Zona Eleitoral, Geilza Fátima Cavalcanti, a Chefe de Cartório da 13ª Zona Eleitoral, Adriana Coelho e a Mesária Márcia Ayres.

Embora não sejam as únicas participantes do processo eleitoral, acreditamos que apresentaram, em suas entrevistas, um vasto panorama das atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, além de elencarem os maiores desafios inerentes ao universo feminino nessa trajetória.

No entanto, reforçamos que, embora produzido por mulheres, esse conteúdo é voltado a todos aqueles que desejem compreender de forma mais didática o funcionamento dessa Justiça Especializada.



Crédito: Jornal O Dia

A Juíza

Titular da 3ª Vara Cível do TJDF e da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal e professora universitária, a magistrada Geilza Fátima Cavalcanti Diniz concilia os trabalhos nos dois ramos da Justiça com o mundo acadêmico, a maternidade e o casamento. Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UnB) e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ela falou sobre as diferenças entre os ofícios e sobre suas estratégias para ajustar a rotina aos diversos papéis que exerce:

R.E: Quais são as diferenças de desafios encontrados na Justiça Comum e na Justiça Eleitoral?

G.C: Eu diria que as duas, tanto a Justiça Comum quanto a Justiça Eleitoral têm seus encantos e seus desafios. Os encantos na Justiça Comum decorrem de termos uma maior amplitude de casos em que podemos atuar. Por exemplo, sou juíza de uma Vara Cível em que atuo em casos de cobrança, despejo, danos morais, além muitos novos como direito ao esquecimento, entre outros. E isso é muito bacana em relação ao Direito propriamente dito.

Em relação à Justiça Eleitoral, além da questão eleitoral mesmo, temos a forte questão administrativa: casos como de óbito de eleitor, inscrição eleitoral, prestação de contas de partidos políticos ou de candidatos. Assim, há essa parte que comporta um trabalho muito administrativo, em que o juiz, às vezes, não tem uma formação adequada. E, com o tempo, vamos aprendendo a lidar com todas essas questões. Além disso, a Justiça Eleitoral é muito desafiadora porque engloba, dentro do aspecto jurídico, tanto questões civis, como questões criminais. Especialmente depois da decisão do Supremo que firmou a competência da Justiça Eleitoral para julgar os crimes eleitorais e os crimes comuns conexos eleitorais. Com isso, a competência dessa justiça especializada ficou ainda mais ampla e desafiadora.

Outro grande desafio em relação à Justiça Comum é o quadro de servidores. Nas Zonas Eleitorais no DF, contamos com um quadro de servidores bem mais tímido, marcado pela cessão de servidores de outros órgãos. Nesse um ano e meio em que estou na 1ª Zona Eleitoral, muitos servidores saíram, tivemos uma alta rotatividade, algo que, para o juiz, é bem complexo. Mas contamos com servidores muito capacitados. Eu tenho um carinho enorme pelos servidores, especialmente pelo chefe do cartório, Washington Afonso Vieira.

É muito bom trabalhar na Justiça Eleitoral. No início, eu vi como um grande desafio, hoje em dia, por mim, eu nem sairia e ficaria muito mais tempo. E é um universo muito diferente, em que o magistrado amplia os horizontes e deixa de trabalhar com o Direito comum e passa a ver outras questões, como as que eu tinha colocado no início.

R.E: Como é atuação do juiz eleitoral durante as eleições? E nas outras fases do processo eleitoral?

G.C: O juiz eleitoral é o maior garantidor da democracia mais participativa e concreta que a gente pode ter - que é a democracia exercida perante o direito do voto e, mais especificamente, pelo direito ao voto secreto. O juiz eleitoral está em contato direto com essas questões. Ele visita as várias seções para checar a regularidade dos procedimentos, conversa com todos os mesários. Essa atuação mais prática, mais direta, representa o trabalho do juiz eleitoral durante as eleições. Além disso, o magistrado trabalha com todas as impugnações e as eventualidades que existirem nas eleições, mantendo, desse modo, a regularidade, a liberdade do voto e o sigilo.

Eu digo que o juiz eleitoral é um dos principais garantes da democracia, e atua como um pilar do Estado, que tem uma participação fundamental. Acabam as eleições e o trabalho não termina. O juiz continua julgando diversos incidentes relativos àquela eleição. Segue trabalhando com questões como filiação partidária, alistamento de eleitores, prestação de contas. Então, embora o dia da eleição acabe, o magistrado segue trabalhando com diversos desdobramentos do pleito e com a preparação da próxima eleição. Logo, esse papel do juiz como um garantidor da democracia é contínuo.

Em outros momentos, o juiz trabalha em aspectos cíveis, de execução quando, eventualmente, vai cobrar uma multa, quando a pessoa foi condenada, entre outros. E ele vai trabalhar também com a questão criminal, pois todos os possíveis crimes eleitorais continuarão sendo julgados pelo juiz eleitoral.

R.E: Como faz para conciliar os trabalhos da magistratura com a vida pessoal?

G.C: Além de conciliar os trabalhos da magistratura - tanto da Justiça Comum, como o da Justiça Eleitoral (não ficamos afastados da Justiça Comum e não há uma designação de um juiz substituto ou de um juiz para nos auxiliar devido ao fato de estarmos acumulando a justiça eleitoral), com a vida pessoal (sou casada sou mãe de dois filhos), eu ainda sou professora. Parece que é muita coisa, mas é como eu sempre digo: quando a gente coloca o nosso melhor, põe o nosso coração e a nossa alma em cada momento, e quando a gente busca não ser multitarefa (ter em mente que não vou conseguir fazer tudo ao mesmo tempo), então percebemos que precisamos ter o momento de ser boa mãe, boa esposa, dar minhas aulas, trabalhar na minha vara cível, e na justiça eleitoral.

Quando a gente consegue separar esses momentos e não fazer tudo ao mesmo tempo, e colocando seu coração e alma em tudo o que faz, eu acho que a gente consegue compatibilizar, sim.

Ao colocar tudo isso em primeiro lugar, tentando fazer essa separação e organizando o nosso dia, é possível, sim, manter uma tranquilidade no agir. Sabendo que nós escolhemos isso.

Eu escolhi ser juíza eleitoral, juíza da justiça comum, mãe, professora e esposa. Então, se essa foi uma escolha, eu tenho que dar o meu melhor em tudo que faço. Claro que não há uma perfeição: nós somos falíveis. Somos seres que erram, mas que estão em uma busca contínua por um aprimoramento. E eu tenho um suporte muito grande para tudo isso, senão eu não conseguiria realmente dar conta.



A Chefe de Cartório

Chefe de Cartório da 13ª Zona Eleitoral e Presidente da Comissão de Participação Institucional Feminina da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, Adriana Aparecida Coelho Pereira é bacharel em Direito (UniEuro) e em Administração (UniDF). Pós-graduada em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e em Direito Civil/Processual Civil pela Escola da Magistratura do Distrito Federal (ESMA-DF), integra o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal há 19 anos.

Nessa edição, a servidora explicou as atividades desenvolvidas por um chefe de cartório e falou sobre os desafios de comandar a linha de frente da organização das eleições. E, por fim, levantou as questões de gênero que enfrentou nessa trajetória:

R.E: Quais são as principais atividades desenvolvidas por uma chefe de cartório no período eleitoral que antecede o pleito?

A.C: As atividades que antecedem o pleito são diversas, a começar pelo planejamento e execução de ações que visam à ampliação do atendimento no período do fechamento do cadastro, cujo ápice ocorre nos meses de abril e maio e demandam um esforço hercúleo dos servidores do Cartório. Concomitante a isso, inicia-se a execução de tarefas específicas para a viabilização do pleito, a exemplo das vistorias nos locais de votação, de justificativa e de apuração das Eleições. Além dessas, há atribuições relativas à assessoria ao juiz eleitoral nos processos judiciais e administrativos e das atividades rotineiras do cartório, demandas que se elevam em virtude do fechamento do cadastro. Vencida essa etapa, entramos na fase de tratamento das pendências do cadastro, com prazos bem exíguos, para a atualização dos registros e posterior envio dos dados para a confecção dos cadernos de votação.

Em seguida, dá-se início à seleção dos eleitores aptos a serem nomeados como mesários e demais agentes eleitorais, com o fim de viabilizar a efetivação do processo eleitoral.

Nesse ínterim, como chefe de cartório, coordeno o planejamento da posse e do treinamento dos mesários e demais agentes eleitorais. Em setembro ocorre o treinamento de mesários. É o período também das audiências de carga e lacração das urnas a serem utilizadas pelo cartório nas eleições, da conferência dos cadernos de votação, confecção e organização de recibos, cronogramas, declarações e de todo material administrativo inerente aos trabalhos desenvolvidos na véspera e no dia da eleição.

Nas semanas que antecedem o dia das eleições, é o período de planejar também a montagem dos locais de votação e da junta apuradora, a logística de distribuição de carros e motoristas na véspera e dia da eleição, a logística de distribuição de locais de votação aos juizes auxiliares, o gerenciamento das forças de segurança para acompanhar as autoridades, das equipes de urnas e de servidores que irão coordenar os trabalhos no dia da eleição.

Enfim, são tantas e tão variadas atribuições, e decisões a tomar, e imprevistos que surgem no decorrer dos dias que é impossível relatar aqui as minúcias do dia a dia de um chefe de cartório no período eleitoral, por isso me reporto às atividades que considero essenciais para o planejamento das eleições nesse âmbito.

Dentre todas as atividades desenvolvidas por uma chefe de cartório, contudo, há uma que considero essencial, como gestora, para o êxito do projeto eleitoral: é zelar pelo bom ambiente de trabalho da minha equipe, visto que o volume e a celeridade das inúmeras atividades no período eleitoral desgastam a produtividade e a satisfação do servidor. Estimular, diariamente, cada servidor em suas tarefas próprias é parte fundamental, permitindo que tenham autonomia, criatividade e experiência de modo que o cumprimento das rotinas e regras seja um alvo a se alcançar com dedicação, envolvimento e satisfação.

R.E: Como é o desafio de comandar a linha de frente das eleições no dia da votação?

A.C: É um desafio instigante e motivador que requer comprometimento, controle e exercício das minhas emoções e habilidades na condução da equipe e de todos os colaboradores que auxiliam no dia das eleições. É ter tranquilidade e sagacidade para solucionar as situações mais adversas que surgem no decorrer do dia e que demandam uma ação imediata. É uma descarga de adrenalina forte que não se consegue dormir bem na véspera. Você é tomada por um senso de responsabilidade e de consciência do seu papel no processo em execução que conduz um chefe à superação de qualquer obstáculo, inclusive, à exaustão física dos últimos dias.

É uma ansiedade boa ao visualizar o funcionamento do planejamento realizado durante meses, ao ver as equipes em ação, ir aos locais de votação e sentir o clima da eleição, ao observar o fluxo dos eleitores, como numa grande engrenagem que gira perfeitamente e sentir que valeu todo empenho e dedicação na consecução de cada detalhe pensado e discutido em equipe no intuito de melhorar os procedimentos, em especial, para os eleitores. É um dia longo, cansativo e repleto de emoções, principalmente na abertura dos trabalhos nas seções eleitorais e no encerramento ao término do dia. Esse momento final é o mais tenso para todos os envolvidos no processo eleitoral, mais ainda para a chefe do cartório, que coordena todas as equipes destacadas para acompanhar a finalização dos trabalhos nas seções eleitorais, a transmissão dos resultados e a equipe do recebimento dos materiais e urnas eletrônicas.

Mas, ao fim de todo trabalho e tensão acumulados durante o dia, culminam sentimentos de alegria, satisfação e gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o êxito das eleições, que refletem não só o nosso trabalho, mas também a participação do povo na construção efetiva da democracia do nosso país. Uma sensação de dever cumprido partilhada com pessoas que tem o mesmo senso de responsabilidade que tenho no cumprimento da missão institucional do TRE-DF.

R.E: Já sentiu alguma dificuldade no desenvolvimento de suas atividades relacionada à questão de gênero? Se sim, poderia nos relatar como foi a experiência?

A.C: Na primeira eleição que participei como Chefe de Cartório, enfrentei algumas dificuldades relacionadas à questão de gênero com alguns integrantes das forças de segurança que auxiliavam no Cartório e também com motoristas cedidos por outros órgãos para prestarem serviços no Cartório nas eleições. Eles não aceitavam muito bem as minhas orientações e questionavam aos servidores do gênero masculino sobre a veracidade delas, como se eu não fosse capacitada para ocupar o cargo de chefe em função de ser mulher. É uma sensação constrangedora perceber esse tipo de reação nas pessoas. A competência de uma pessoa não deve ser avaliada pelo gênero que ela possui, e sim pela demonstração de conhecimento técnico e habilidades em sua área de atuação.



A Mesária

Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo é Auditora Fiscal da Receita do Distrito Federal e trabalha nas eleições desde que completou 18 anos. Servidora Pública, mãe de dois filhos, a Bacharel em Letras e pós-graduada em Educação Fiscal e Cidadania, ela atua como mesária pela 13ª Zona Eleitoral, e falou sobre a importância desse importante papel nas eleições.

R.E: O que a incentivou a ser voluntária nas eleições?

M.A: Fui incentivada pela oportunidade, como cidadã, de participar do processo democrático mais efetivamente, trabalhando nas eleições e não apenas votando. É um processo em que o país escolhe quem vai nos governar por quatro anos, e isso é muito sério. Nós estamos vendo a situação política de hoje e percebemos o quanto essa escolha interfere em todos os momentos. Mesmo em um caso como esse, de pandemia, nós precisamos de governantes comprometidos, que se preocupem com a população. E é a partir da eleição que tudo começa.

R.E: Quantas vezes já trabalhou nas eleições e quais papéis já desempenhou?

M.A: A minha primeira convocação foi aos 18 anos. Assim que eu fiz o meu título, me convidaram para participar e eu quis conhecer o processo. Foi curiosidade no início, mas depois, em todas as outras convocações, eu sempre fui com muito prazer, porque sempre achei muito importante participar desse processo de cidadania. Já trabalhei em vários cargos. Quando trabalhava na Secretaria de Educação do Distrito Federal, como professora, fui vice-diretora de uma escola e atuei como coordenadora. Também já fui presidente de seção e mesária.

Eu acho muito interessante o processo eleitoral, muito organizado. O TRE faz um trabalho fantástico na formação, na preparação e no suporte de todo trabalho. Eu acho impecável a organização deles. Nós temos todo o amparo, todo esclarecimento e toda a equipe à nossa disposição em todos os momentos. Nas últimas eleições eles criaram grupos de WhatsApp para nos ajudar. Eu acho incrível uma Justiça Eleitoral gigantesca como a nossa ter uma organização tão eficaz e resultados tão rápidos.

R.E.: Qual a importância de trabalhar como mesário?

M.A: O trabalho do mesário é muito valioso. Você está envolvido nesse processo, é convocado. Não está envolvido diretamente desde o início, como os servidores do TRE, mas é chamado a participar desse processo tão rico pra toda a sociedade, de reforço à democracia do nosso país. Nós que conhecemos a história do voto no Brasil, das dificuldades, e de como a mulher não votava e adquiriu esse direito. Você, hoje, mulher, participar efetivamente, recebendo o voto do cidadão, esclarecendo, auxiliando dentro do possível, é uma grande conquista.

ONDE ESTA Você?

**QUEREMOS VOCÊ CONOSCO FAZENDO
PARTE DA NOSSA REVISTA!**

**QUER ESCREVER ALGUM ARTIGO?
TEM UMA HISTÓRIA PARA CONTAR?
FAZ ALGO INUSITADO OU CURIOSO?**

**NOS ENVIE UM E-MAIL
PARA ASCOM@TRE-DF.GOV.BR**

**A ENTRETENIMENTO É UMA REVISTA
QUE SERÁ FEITA PARA VOCÊ E POR
VOCÊ!**



A Mulher na Advocacia Eleitoral

Por Karen Fontenele

Sócia fundadora de um dos escritórios que é referência nacional na área do Direito Eleitoral, a Advogada Gabriela Rollemberg é graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Direito Eleitoral, é Membro fundadora e Secretária-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep. Professora em diversos cursos de pós-graduação, ela nos contou sobre sua experiência na área e trouxe dicas a quem pretende seguir a carreira no campo:

R.E: Primeiramente, gostaria de saber se você considera que seu histórico, marcado pela conjugação do Direito e da Ciência Política, trouxe uma visão mais holística não só da Justiça, mas especificamente do Eleitoral?

G.R: Não tenho a menor dúvida de que a minha formação em Ciência Política contribuiu de forma profunda para a minha escolha de especialização no Direito Eleitoral. Eu descobri o Direito Eleitoral quando cursava Ciência Política na UNB e tive a oportunidade de estudar o nosso sistema eleitoral, a história dos partidos políticos no Brasil, e todos os temas relacionados à reforma política. A partir disso, decidi que o Direito Eleitoral seria a minha área de atuação, e comecei a participar de todos os cursos, palestras, e eventos sobre o tema, ainda durante a graduação.

R.E: Quais são os maiores desafios inerente à advocacia eleitoral em específico?

G.R: Um dos maiores desafios é estar em constante atualização. Claro que todas as áreas demandam isso, mas o Direito Eleitoral é mais dinâmico que os demais. Há constantes alterações na legislação eleitoral, com reformas entre uma eleição e outra. Além disso, há as resoluções do TSE, que sempre acabam trazendo alguma inovação, em virtude do constante aprimoramento. Além disso, a composição dessa justiça especializada não é permanente, tendo prazo certo. Isso traz uma questão desafiadora, pois temos de estar, constantemente, acompanhando julgamentos, as sessões do Tribunal. É uma área que demanda essa dedicação de forma constante.

R.E: Dentre vários casos relacionados a mulher na política em específico, algum marcou a sua história?

G.R: Eu tenho mais de 10 anos de atuação no Direito Eleitoral, e acho que o que mais me emociona é olhar para trás e verificar o quanto avançamos nesse ponto, embora ainda tenhamos muito a avançar. Eu palestro há muito tempo sobre o tema da participação da mulher na política e vejo que a maioria das sugestões que colocávamos há anos atrás já foi acolhida, ou por decisão judicial ou por alteração legislativa.

Vou listar algumas de forma muito rápida, a obrigatoriedade do preenchimento dos 30% das candidaturas para as mulheres - porque a gente tinha antes uma reserva de vagas, isso foi um grande avanço. Depois disso, tivemos a destinação de 10% do tempo de propaganda partidária e o mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para as mulheres. Mas o que tivemos de mais relevante foi a decisão do STF, na ADI 5617, que definiu que o percentual mínimo de 30% dos recursos do Fundo Partidário destinados à campanha eleitoral deveriam ser destinados às candidaturas de mulheres. Esse foi um grande marco, e tivemos a chance de participar do debate, pois a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), instituição da qual sou membro fundadora, atuou nessa questão como amicus curiae. Depois disso, houve a decisão do TSE que ampliou esse entendimento, para que esse percentual mínimo de 30% fosse aplicado também em relação ao fundo eleitoral e à propaganda eleitoral. Posteriormente, ainda tivemos, recentemente, a aprovação do mínimo de 30% de mulheres para os órgãos de direção partidária e essa demanda surgiu quando eu estava na Vice-Presidência da Comissão Especial de Direito Eleitoral da OAB e cheguei a elaborar um parecer que foi encaminhado pelo Conselho Federal da OAB para contribuir na apreciação da consulta no TSE. Assim, é bacana olhar para trás e ver que nesses 10 anos conseguimos avançar, pelo menos no campo legislativo e jurisdicional. Eu acho que ainda há muito para avançar em termos de resultado da participação feminina na política no sentido de ter um incremento maior na representatividade. Tivemos um acréscimo importante nessa última eleição, mas ainda há muito a buscar.

R.E: Qual a sua opinião em relação a esse destinação das cotas do 30%?

G.R: O que a gente sempre pontuou foi que não adiantava a gente ter 30% de candidaturas se não tivéssemos 30% do dinheiro e tempo de televisão. Tanto isso é verdade que, na última eleição de 2018, houve um salto maior de representantes eleitas, pelas alterações que aconteceram a partir das decisões do STF e TSE. No entanto, acredito que ainda temos que progredir de uma forma mais efetiva dentro dos próprios partidos. Percebemos que, dentro dos partidos, existe um componente que hoje chamamos de resistência partidária masculina, em relação a essa participação mais proeminente das mulheres. Além disso, quando a mulher se expõe na área pública, percebe que também há um cenário de violência política contra a mulher. Tem muito mais interrupção quando a mulher fala, além de se usar a parte da estética para vulnerabilizar a mulher. Ou seja, além do desafio de elegê-las, existe outro para que elas se mantenham na política. Há casos recentes de parlamentares britânicas e estadunidenses que decidiram renunciar ao mandato de tanta pressão e violência que sofreram, então isso continua sendo um desafio muito grande.

Eu acho que, para termos um avanço maior, o principal seria haver um incentivo para que os partidos tivessem interesse real na eleição das mulheres. A exemplo disso, existem países em que há a distribuição de uma fatia maior do fundo partidário para os partidos políticos que têm mais mulheres eleitas. Hoje temos apenas a cota de candidatura, e se falarmos de cota de cadeira, não chegaremos nem perto de 30%. Não conseguimos esse percentual porque os homens são maioria no Congresso. E, no fim, tudo que é piso em relação à mulher vira o teto. O percentual de 30% de candidaturas, por exemplo, se encerram nisso, em geral, nenhum partido indica 50% de mulheres candidatas. E, agora que o dinheiro tem de ser dividido em relação ao percentual de candidaturas é que a tendência é que não ocorra mesmo essa ampliação.

Eu tenho receio de que, uma vez aprovada, a cota de cadeira vire o teto e não consigamos sair do percentual mínimo definido, até porque outras barreiras vão sendo criadas, que foi o que aconteceu em relação às cotas de candidatura.

Então, acredito que deveria haver um incentivo mais direto aos partidos, a quem elege mais as mulheres. Outra proposta importante é reduzirmos o número de candidaturas possíveis, para que somente possa ser possível lançar 100% dos lugares/cargos a serem preenchidos. Assim, o percentual de 30% passa a ter mais relevância.

R.E: Enquanto advogada, dona de escritório, professora, quais foram os desafios que enfrentou como mulher?

G.R: O desafio do início da advocacia era o fato de eu ser uma das únicas mulheres que frequentava aquele ambiente, então era opressor. Eu era muito jovem, e as sessões do TSE sempre acabavam muito tarde, então quanto mais tarde ia ficando, muitas vezes eu passava a ser a única mulher naquele ambiente.

A advocacia ainda é um ambiente muito masculino. Dentre episódios específicos que eu poderia mencionar, no início da minha carreira, um advogado renomado me convidou para revisar e atualizar o livro dele. E eu o fiz com a contrapartida de que, obviamente, teria o crédito do que estava fazendo. Quando a obra foi lançada, meu nome não estava no livro. Infelizmente, ainda ocorre muito dos homens se aproveitarem da situação, seja quando estamos iniciando a profissão, seja por estarmos em uma situação hierarquicamente inferior. Infelizmente, nós ainda vivemos isso.

Acredito que por ter exemplos de mulheres muito fortes na minha família, isso me influenciou para que eu estivesse onde estou. É muito bom ter em quem se espelhar para que se possa quebrar essas barreiras com mais facilidade.

É uma dica importante para quem queira seguir a carreira de advogada: ter em quem se espelhar, se inspirar. O fato de eu ser jovem foi algo bem delicado na época, quando eu subia na tribuna para fazer esclarecimento de fato, por exemplo, que é algo visto com reservas pelos Ministros. Se eu via um advogado fazendo, ainda que ele fosse um ex-ministro do tribunal, eu achava que eu também podia, então fazia. Só que aquilo era como se fosse uma afronta na época, uma jovem advogada subindo na tribuna para intervir. Eu cansei de ouvir brincadeiras de ministros sobre isso. No entanto, depois de anos, muitos vieram falar para mim: "eu queria dizer que eu admirava muito a sua coragem, porque tem advogados que até hoje não conseguiriam fazer o que você fazia". Talvez eu mesma não tivesse o alcance de como estava sendo audaciosa na época, mas é justamente porque não me enxergava como se pudesse menos que qualquer outro advogado que atuava perante a Corte pelo simples fato de ser mulher.



**CONHEÇA A COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO
FEMININA DO TRE-DF**



ELAS TREF

**ACESSE
[HTTP://TINY.CC/FEMININA](http://tiny.cc/feminina)**

E SAIBA MAIS!



MULHERES NA POLÍTICA

Seja o exemplo de que nós precisamos

O Brasil vem vivenciando uma progressão no debate público em torno das questões femininas. Temas como paridade salarial, maternidade e mercado de trabalho, aborto entraram em pauta. Os resultados são crescentes, é verdade. Porém, ainda tímidos em relação ao déficit de participação feminina na política e nas instâncias de poder como um todo. No que tange à representatividade das mulheres na política, o debate e as conquistas ainda se encontram distantes do que é desejado e necessário para que se alcance uma democracia fundada na igualdade de gênero.

Há menos de um século, as mulheres não podiam votar nem serem votadas no Brasil. Os registros da primeira mulher eleitora em nosso país remetem ao pleito realizado em abril de 1928, no Rio Grande do Norte, quando Celina Guimarães foi às urnas pela primeira vez. No mesmo ano, também no RN, Alzira Soriano venceu o pleito para a prefeitura de Lajes, tornando-se a primeira prefeita eleita não só no Brasil, mas também na América Latina.

Passados 98 anos, hoje o Brasil está entre as Nações que apresentam o menor índice de participação feminina na política. Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019, elaborado pela Organização das Nações Unidas e pela União Interparlamentar, nosso país está na posição 134 de um ranking que apresenta 193 posições, com apenas 15% de participação de mulheres.

Esse desempenho chama ainda mais atenção quando comparado com dados do cadastro eleitoral sobre eleição e eleitores. Os registros da Justiça Eleitoral apontam que a maioria do eleitorado brasileiro é de mulheres. Juntas, somamos 77 milhões de votantes, o que equivale a 52,5% do total de 147,5 milhões de brasileiros cadastrados para ir às urnas nas Eleições Gerais de 2018. No entanto, esse percentual referente ao exercício da cidadania por meio do voto está longe de se refletir em paridade tanto em termos de disputa quanto de investidura feminina em cargos eletivos.

Muitas mulheres – possivelmente a maioria – ainda têm dificuldades de ocupar cargos de poder, serem eleitas ou terem voz ativa nas tomadas de decisão política. No último pleito, 9.204 mulheres (31,6% das eleitoras) concorreram a um dos 1.654 cargos eletivos em disputa para Presidência da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Distrital. Delas, 290 foram eleitas. O número, apesar de tímido – considerando-se o universo de eleitoras brasileiras –, representa um aumento de 52,6% na comparação com as eleições gerais anteriores, realizadas em 2014. Ou seja: em que pese a real disparidade entre gêneros, estamos avançando.

Diante desse cenário, a Justiça Eleitoral vem adotando uma agenda para impulsionar a participação feminina na política. Tivemos avanços normativos, como a destinação de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para candidaturas de mulheres, e jurisprudenciais, como a cassação de uma chapa inteira de vereadores em razão do uso de candidaturas-laranja.

Recentemente, em sessão administrativa realizada em maio, ao responder a uma consulta elaborada pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o TSE decidiu estender a cota de reserva de gênero de 30% para assegurar a participação feminina na constituição dos órgãos partidários, como as comissões executivas e os diretórios, em todas as esferas. Além disso, o tribunal determinou a expedição de ofício ao Congresso Nacional a título de apelo para a disciplina legislativa do tema, incluindo sanções em casos de descumprimento.

No âmbito administrativo, constantemente o TSE promove campanhas de incentivo à participação da mulher na política. A deste ano, lançada em março por ocasião do Dia Internacional da Mulher, busca o incentivo pela linha do exemplo. O filme contém a afirmação de que, quando uma mulher tem voz ativa, ela incentiva outras a falarem também. E que aumentar o número de mulheres na política é fundamental para a democracia. A mensagem final é: Mulheres na Política. Seja o exemplo de que nós precisamos!

Além disso, em 2019 o Tribunal deu um passo adiante quando a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, instituiu a Comissão Gestora de Política de Gênero (TSE Mulheres) – de cuja composição original tenho orgulho de participar, ao lado de cinco servidoras do Tribunal –, e também foi lançada, no portal da Justiça Eleitoral, uma página dedicada ao tema.

Reverter o quadro de disparidade histórica de representação feminina é um desafio que abrange a sociedade como um todo, independentemente do gênero, e envolve partidos políticos, sociedade civil, e instituições e Poderes públicos. Precisamos aperfeiçoar a democracia. Afinal, nas palavras da ministra Rosa Weber, “o déficit de representatividade feminina significa um déficit para a própria democracia”.



Texto por Ana Cristina Rosa
Jornalista e Assessora-Chefe de Comunicação do TSE na gestão da Ministra Rosa Weber na presidência do Tribunal

A dança Flamenca e seus Benefícios



Difícil não se encantar com um espetáculo flamenco: Sempre envolvente e forte, desperta em muitos a curiosidade e a vontade de experimentar esta arte tão completa. Sons (a guitarra, a percussão, o "cantaor") a imagem (os gestos, o corpo se fazendo expressão, a face com dor ou alegria, e claro, o figurino...) e ainda o onipresente sapateado ("esse é meu chão!").

Um passado de superação que faz com que encontremos no caminho do aprendizado flamenco grandes desafios, que se tornam recompensadores quando conseguimos através do corpo expressar nossas emoções. O praticante da dança flamenca tem uma atividade física completa, sendo trabalhados nas aulas de sapateado os membros inferiores, em que são utilizados músculos anteriores, posteriores e glúteo. Também os membros superiores, com a colocação correta os braços, serão da mesma forma fortalecidos, exercitando-os desde o antebraço até a porção superior do dorso, e ainda temos os movimentos das mãos que contribuem ainda mais para os exercícios. E mais importante, o trabalho da região do core, pois, a postura é o ponto mais marcante desta modalidade. Posição ereta da coluna será exigida sempre dos alunos, gerando o fortalecimento gradativo do abdômen e costas.

A musicalidade é outra habilidade que os alunos que fazem a dança flamenca também desenvolvem. A variação rítmica do flamenco, a utilização de sapateados como percussão e a utilização de instrumentos como o cajón e as castanholas farão com que o aluno tenha uma boa compreensão de ritmos e compassos para poder desenvolver uma interação harmônica da música e do baile. O "bailaor" ou "bailaora" (termos que em espanhol definem quem dança flamenco) acaba se tornando também um musicista.

A melhora da autoestima é também perceptível em quem dança flamenco. A postura ereta, com o peito aberto, também contribui comprovadamente para a auto aceitação. Assim, a dança flamenca desperta a força interior do indivíduo, tornando o aluno, agora dançarino, mais seguro e feliz. Por trazer uma forte carga emocional em suas músicas, o flamenco faz com que os sentimentos sejam interpretados de distintas formas. Dessa forma, o dançarino pode se deixar levar pela emoção e se afastar um pouco do estresse do dia a dia, gerando uma sensação bem-estar e leveza após a execução da dança.

A melhora da autoestima é também perceptível em quem dança flamenco. A postura ereta, com o peito aberto, também contribui comprovadamente para a auto aceitação. Assim, a dança flamenca desperta a força interior do indivíduo, tornando o aluno, agora dançarino, mais seguro e feliz.

Por trazer uma forte carga emocional em suas músicas, o flamenco faz com que os sentimentos sejam interpretados de distintas formas. Dessa forma, o dançarino pode se deixar levar pela emoção e se afastar um pouco do estresse do dia a dia, gerando uma sensação bem-estar e leveza após a execução da dança.

A coordenação motora também é trabalhada nas aulas, com execução de exercícios que utilizam simultaneamente braços e pernas, trabalhando a lateralidade e a consciência corporal.

A utilização de adereços como leques, mantóns (xales), sombreros (chapéu), bastón (bengala) etc. também faz com os que alunos obtenham mais destreza, pois o manuseio desses elementos exige treino e segurança.

Concentração e memória também são fundamentais para a execução dos exercícios e depois para que sejam apresentadas as coreografias.

Enfim, uma atividade que traz inúmeros benefícios à saúde física e mental podendo ser desenvolvida por qualquer pessoa, independente de idade, sexo ou compleição física. Resgatando suas origens plurais: inclusiva, sem discriminações, e poderíamos dizer modernamente: Democrática!



História da dança flamenca

Falar de flamenco não é apenas sobre um estilo de dança ou música, mas de uma manifestação cultural complexa e consolidada. E para começar a falar da dança Flamenca, temos que contar um pouco da história desta cultura.

O flamenco nasceu na península Ibérica e tem seu berço mais especificamente na região de Andaluzia, uma espécie de encruzilhada comercial e cultural onde diversos povos principalmente mouros, judeus e ciganos viveram em harmonia por oito séculos.

Em 1492 os Reis Católicos dominam por completo a Espanha, e os povos não cristãos que viviam nessa região foram obrigados a deixar suas casas, sua cultura e tudo mais que fosse contra as leis católicas. Foram expulsos, perseguidos e muitos ainda foram mortos, caracterizando um período de muito sofrimento e abandono. Foi desse sentimento que o flamenco nasceu - em uma forma de manter aquela cultura desenvolvida em séculos de convivência e miscigenação - expressando assim a dor de uma história que ficou para trás. Em seus "cantos" sentimos suas orações e seu sofrimento, mas também foi uma forma de tentar manter o espírito alegre e seguir a vida adiante.

Da história de superação de povos que tiveram de se refazer, surge uma nova expressão, com sua força e beleza. Canto, toque e baile: Os três elementos que, unidos - como se uniram os povos perseguidos pela inquisição espanhola - dão origem à arte Flamenca. Como bem define o grande poeta e escritor Garcia Lorca, o Flamenco é uma das maiores invenções do povo espanhol, com suas canções trágicas, tristes e emocionantes.

Passada a repressão mais severa a partir das últimas décadas do séc. XVIII, eles foram se integrando ao cotidiano, tornando-se parte importante do que já poderíamos chamar de cultura espanhola. No final do séc. XIX, a música flamenca (com a guitarra já incorporada) estabeleceu suas formas tal qual a conhecemos hoje, levando-se em conta que, por estar viva, continua a evoluir. Em 16 novembro de 2010, o Flamenco foi declarado Patrimônio cultural Imaterial da humanidade pela Unesco.



Texto por Patrícia Weingrell
Professora de Flamenco no Studio de Dança Capricho Espanhol
Contato: 999757613

CRÍTICA: AS SUFRAGISTAS

"O trabalho é curto",

"O que o (direito ao) voto faria para modificar essa realidade?"

Esse diálogo do inspirador filme *As Sufragistas* marca, de certa forma, o ponto central em que a narrativa, até ali intimista para a personagem principal Maud Watts (Carey Mulligan), se encaminha para momentos mais tensos, de perdas, rebeldia, injustiças e lutas por direitos que à primeira vista parecem incontestáveis. Causa aos espectadores mais que indignação, na verdade, convida-os a reviverem todo o processo histórico do insurgente movimento feminino de direito ao voto.

O sufrágio é a metáfora perfeita para demonstrar que, reconhecido o exercício desse direito às mulheres, toda uma estrutura social patriarcal poderá ser transformada, uma vez que essa estrutura também se alicerça no trabalho braçal feminino e nos papéis que cabem às mulheres desempenharem nessa sociedade.

"O trabalho é curto", é em suma, a síntese de toda a explanação que Maud faz diante do Parlamento. Em suas poucas frases, simples e bem pontuadas, impacta a todos os presentes. Mesmo que a verdade não seja de todo desconhecida, suas colocações e respostas, provocam inquietação e faz chegar à estrutura vigente o medo; revela que a ideia de gênero predestinado aos papéis da estrutura de poder é uma verdade inventada.

"O que o voto faria para modificar essa realidade?"

"O mesmo que faz por você". Essa é a resposta que mais à frente Maud dá ao seu esposo que lhe faz semelhante questionamento. A partir daqui, não vemos mais a personagem frágil, submissa aos papéis que lhe foram destinados, mas também não a vemos como irresponsável em suas tarefas de mãe, esposa, amiga, operária. A protagonista não deixa em momento algum da fita, de ser doce, amável, terna, empática.

Ao longo do filme, abusos e injustiças vão fazê-la pensar sobre inquietações que já existiam dentro de si. Tais injustiças e opressões masculinas, mesmo não lhe sendo estranhas, as aceitava, assumia e vivia. A película revisa a história da luta feminina pelo direito ao voto de modo delicado, na figura de Maud e sua estrutura familiar, que se torna um espelho menor do que acontece em todo o filme. Em pequenos trechos, estrategicamente evocados, como os dois quadros na parede, um em sua casa, outro na farmácia, a criança quando vestida por ela ou pelo pai e a família que se desconstrói são reflexos do sistema social maior, que será abalado, agredido, e também virá à ruína caso o espaço público e de poder não possa ser pensado como um espaço democrático e de participação feminina e reconhecimento das mulheres como cidadãs.

Maud e todas as mulheres fortes ao seu redor têm consciência de que terão que ser ouvidas e que isso não se dará sem luta, sem perdas, sem rompimentos, sem sacrifícios; de que direitos não são dádivas que lhes são concedidas, e sim conquista de um espaço igualitário, representativo e decisório.



Texto por Cleane Barros

Chefe Substituta da Seção de Direitos Políticos e Atualizações (SEDPA) do TRE-DF. Bacharel em Letras, integra a Comissão de Participação Feminina do órgão.

